



# Carta à presidente da EMATER/RS-ASCAR

Prezada Presidente.

Em reunião na sede da ASAE, ocorrida no dia 02/03/23, as entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras da EMATER/RS-ASCAR (ASAE, SEMAPI, ASAPAS, AESR, AGC, Senge, Sintargs e Simvet) debateram a situação da Instituição – sendo unânime a grande preocupação com o futuro da EMATER. Existem problemas de diversas ordens que demandam atenção urgente. Com isso, foi decidido criar o Fórum Permanente das Entidades, que se reúne periodicamente para debater as pautas que dizem respeito à Instituição, ao trabalho e a trabalhadores e trabalhadoras.

Por oportuno, as Entidades Representativas entendem que, além das pautas individuais dos distintos grupos e categorias – com toda legitimidade que as mesmas possuem e que exigem um olhar atento e comprometido –, é necessário reforçar algumas questões que tratam na abrangência as necessidades do conjunto geral de trabalhadores e trabalhadoras, efetivando a defesa da Instituição EMATER/RS-ASCAR e da ATERS pública e gratuita executada no estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, apresentamos nesse documento as principais demandas do conjunto das Entidades Representativas, para os quais solicitamos posicionamento e comprometimento em busca de encaminhamentos para as referidas questões:

1. Reestruturação das equipes com profissionais multidisciplinares desde as estruturas municipais, passando pelas equipes regionais e escritório central, com número de trabalhadores(as) adequado a demanda, bem como investimento em instrumentos de trabalho em quantidade e qualidade (tecnologia, carros e insumos necessários), de maneira que se possa atender a demanda de trabalho com qualidade, eficiência e sem sobrecarregar as equipes;
2. Cumprimento do Plano de Cargos e Salários (PCS) vigente, buscando providências para reparar desvios de cargo/função, realizando processos seletivos internos para ascensão das carreiras conforme normas estabelecidas no referido plano e retorno da comissão paritária de caráter deliberativo para possíveis revisões e atualizações do PCS;
3. Cumprimento do acordo estabelecido por meio de processo de mediação junto ao TRT4, que trata da regulamentação dos processos de transferências de trabalhadores(as), eliminando transferências motivadas exclusivamente por critérios políticos ou com viés punitivo;
4. Elaboração e execução de um orçamento compatível com o Plano Anual de Trabalho (PAT), através das metas estabelecidas junto aos municípios e ao Estado, articulando pagamento de ações executadas com outras pastas além das ligadas à Agricultura, bem como a retomada de aporte financeiro significativo junto à União;
5. Estabelecimento de compromisso de equacionar os passivos trabalhistas existentes junto às distintas categorias de trabalhadores(as);
6. Implementação de uma efetiva política de Recursos Humanos para o combate ao assédio (em todas as formas) e a discriminações, que implante orientações de conduta comportamental ao quadro de trabalhadores(as) – em especial, aos seus supervisores, gerentes e dirigentes – para que, no exercício de suas funções, busquem evitar ou coibir práticas que possam caracterizar agressão, bem como um fluxo institucional que viabilize um canal de denúncias com definição de caminhos para investigação e apuração dos fatos denunciados, com prazos pré estabelecidos que determinem início e fim destes processos;
7. Retomada de programas de capacitações/qualificações permanentes do quadro funcional em todas as áreas, bem como do programa de pós graduação na Instituição, e capacitação inicial em Extensão Rural para todos(as) extensionistas concursados(as), novos(as) ou que não tenham passado por ela;
8. Valorização, manutenção e implementação de melhorias constantes na FAPERS e no FAS como importantes políticas de Recursos Humanos da instituição;
9. Forte atuação no conjunto da diretoria executiva da Instituição, assim como junto ao governo do Estado e seus representantes, nas negociações dos acordos coletivos, para que não haja nenhum retrocesso nos avanços obtidos por trabalhadores(as), de maneira a preservar direitos como forma de valorização do quadro funcional;
10. Estabelecimento de um fórum de permanente diálogo, debate e construção junto as entidades representativas de trabalhadores(as).

As Entidades Representativas colocam-se a disposição, reiterando a importância da parceria entre as Entidades e a gestão da EMATER/RS-ASCAR.

